

Liberdade de imprensa



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Liberdade de imprensa passou a ser um ponto alto para a existência da democracia. Nasceu da visão extraordinária de um homem público, um dos fundadores e pensadores maiores da independência dos Estados Unidos da América, Thomas Jefferson.

Quando a constituição americana foi elaborada — feita em 1789, subsiste há mais de 200 anos —, prescreveu em sua primeira emenda, extraída do Bill of Rights, ser a liberdade de imprensa essencial à democracia, pois, uma vez que os deputados tinham imunidade parlamentar, era necessário que o povo também tivesse liberdade para que pudesse dizer o que quisesse, ou seja, criticar o governo como um direito inalienável e básico para o funcionamento do regime democrático.

Assim, o povo teve na imprensa o seu grande instrumento para vigiar a democracia, exercendo livremente a liberdade de manifestar sua opinião. Isso fez com que naquele tempo a liberdade de imprensa fosse exercida livremente nos jornais impressos, em prelos de madeira, e hoje se tornou — com a expansão possibilitada pela tecnologia e o desenvolvimento das mídias, abrangendo imprensa, televisão, rádio e todos os instrumentos

que a internet hoje possibilita — não mais como uma manifestação coletiva, mas como um direito individual exercido em blogs, WhatsApp, sites, vlogs, entre outros — e não sabemos até onde no futuro alcançará essa expansão.

Eu tenho muito respeito pela imprensa e pela mídia em geral, pois sou estudioso de sua liberdade. Tive oportunidade que o destino me deu de exercer, como jornalista, todos os escalões de sua estrutura. Comecei em *O Imparcial*, no Maranhão. Fui o chamado “foca”, experiência que vivi durante dois anos, visitando as delegacias de polícia, todos os dias e, ao percorrê-las, pinçar os fatos criminais ali registrados e, através desse registro, procurar vítimas e autores para abastecer nossas redações. Depois, por avaliação interna, fui repórter de redação, nomenclatura essa que desapareceu, chegando a secretário de redação. Por meio do jornalismo, pude exercer minha vocação intelectual e literária.

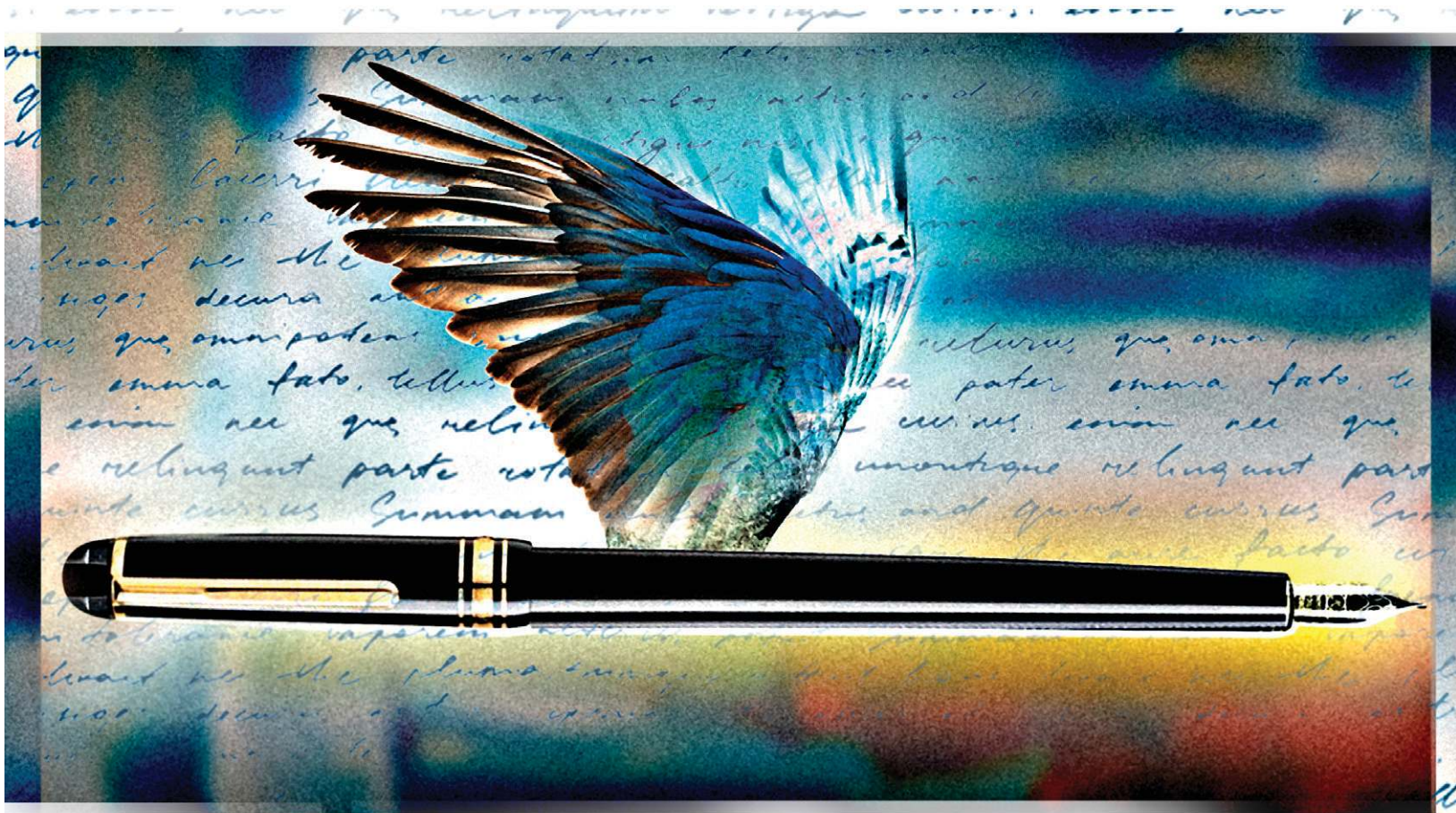
Por iniciativa minha, o jornal criou seu suplemento literário, onde eu podia também exercer minha vocação literária, publicando crônicas, rodapés de críticas, poesias, dando apoio ao movimento chamado “neomodernista” que então surgia, depois de 1945, nos estados brasileiros, significativamente, em suplementos literários. Esse movimento desejava ser a continuidade da Semana de Arte Moderna de 1922, o grande movimento literário. Correspondíamos com todos: no Rio Grande do Sul, com a *Revista Quixote* editada por Raymundo Faoro, que depois veio a ser o grande jurista referência nacional e um dos lutadores contra

o regime autoritário. No Rio de Janeiro, Lêdo Ivo, que também chegou à Academia, com a revista *Branca*.

Eles seguiam, no Ceará, no *Correio do Ceará* e depois nas revistas *Clã*; no Paraná, Joaquim; na Região, em Pernambuco, por iniciativa de Edson Régis; e no *Diário de Pernambuco*, cujo suplemento era coordenado por Mauro Mota, também grande poeta, membro da Academia Brasileira de Letras — tive a honra de ser votado por ele quando fui escolhido para aquela Casa, na vaga de José Américo de Almeida, cadeira 38, sendo hoje o decano da própria Academia.

No Maranhão, Tribuzzi, Lago Burnett, Carlos Madeira (que chegou a ministro do Supremo Tribunal Federal), Luci Teixeira, eu e um grupo de pintores, formado por Floriano Teixeira, que depois mudou-se para a Bahia, onde foi ilustrador dos livros de Jorge Amado, Almeida, Paiva e todo o grupo de jovens intelectuais que se reuniam na Movelaria Guanabara, em São Luís. Esse grupo também pensava que o Maranhão não podia ficar somente na área literária, mas teria que romper o atraso em que se encontrava, cabendo, por minha personalidade política, ser o líder dessa vertente, que me levou à Presidência da República.

A imprensa livre, por consequência, a mídia e todos os meios de comunicação, têm um poder criativo que pode, a qualquer tempo, retificar, fazer uma releitura, como eu já disse, dos seus excessos. O coração da democracia é a liberdade: a liberdade de opinião como o coração da democracia.



Crime e violência no Brasil: uma nova interpretação



» JOSÉ PASTORE
Professor da Faculdade de
Economia e Administração da USP,
presidente do Conselho de Emprego
e Relações do Trabalho e membro
da Academia Paulista de Letras

Os brasileiros não têm mais sossego. O crime e a violência estão em toda parte. O Brasil já tem territórios e setores econômicos perdidos para o crime organizado. O medo domina todos nós.

Os estudos convencionais que focalizam esse assunto apontam para várias causas: desemprego, desigualdade, impotência das instituições policiais, lassidão das autoridades judiciais etc. Mas uma nova abordagem foi adotada pelos pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (Hannes Mueler et. alt., *The urgency of conflict prevention – a macroeconomic perspective*, Washington, 2024). Trata-se de uma análise fundamentada em vasta documentação de conflitos de vários tipos, desde os crimes das cidades até as confrontações entre países.

Os autores reconhecem a multicausalidade do crime e da violência, mas dão um destaque especial à deterioração do equilíbrio fiscal que ocorre em muitos países. Dos inúmeros dados apresentados no referido trabalho, destaco as seguintes lições: Quando o desemprego ou a precariedade das condições de trabalho são altos, aumenta a probabilidade da emergência do crime e da violência. Mas o crime e

a violência diminuem com um equilíbrio das finanças públicas. Assim, a implementação de medidas que redundem em contas públicas equilibradas contribui para reduzir as forças propulsoras do crime e da violência.

Como mostram os autores, uma situação fiscal equilibrada contribui para o Estado proporcionar serviços essenciais de boa qualidade, em especial, o de segurança. Em outras palavras, o equilíbrio fiscal tem o pendão de garantir a manutenção da paz por muito tempo. Na situação inversa, o crime e a violência se propagam de maneira incontrolável e geram enormes custos diretos e indiretos.

Os custos diretos se referem às perdas humanas e materiais. Os indiretos, à redução dos investimentos, do crescimento econômico e destruição de recursos que poderiam gerar progresso ao longo do tempo. Os dados analisados revelam que os países mais sujeitos ao crime e à violência investem menos de 20% do PIB, enquanto os que estão mais longe da criminalidade investem mais de 30% do PIB.

O equilíbrio das contas públicas permite ao Estado praticar políticas voltadas para os focos de tensão social potenciais e criminalidade antes mesmo da sua propagação. Mais importante do que o mero combate ao crime e a violência é a capacidade de antever a sua eclosão. Essa prevenção requer uma sofisticada capacidade de atuar antecipadamente em situações incertas, mas suspeitas, em lugar de simplesmente agir depois que o crime ocorre. Isso exige recursos e estratégia.

A análise dos vários países analisados se baseia em uma sofisticada metodologia que

encadeia vários algoritmos para determinar as fragilidades potenciais das sociedades no controle do crime e da violência. E, nesse sentido, contabiliza os respectivos custos e benefícios da contenção da criminalidade.

Em países marcados por um equilíbrio fiscal duradouro, os custos de contenção são de US\$ 3 por pessoa ao ano, referentes às despesas de implementação de estratégias inteligentes de ação e de prevenção. Esse montante produz resultados fantásticos. Para cada US\$ 1 empregado, há um retorno que varia entre US\$ 26 e US\$ 75. Em países em que é alto o risco de crime e violência, o retorno chega a US\$ 103. São ganhos estratosféricos.

Por trás de tudo, porém, está a necessidade de os países manterem um equilíbrio fiscal saudável por muitos anos. É o que não ocorre no Brasil. Entre nós, faltam recursos e, sobretudo, estratégias para prevenir o crime e a violência. Como resultado, temos essa situação pavorosa com medo de sair à rua e o desincentivo para investir, gerar empregos de boa qualidade e atenuar a criminalidade.

Entre nós, a criminalidade aumenta em ritmo galopante enquanto a população assiste a um verdadeiro bate-boca entre as autoridades judiciais e as autoridades policiais. Ainda esta semana, o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, disse que a criminalidade cresce porque a polícia prende mal. Os delegados de polícia lamentam estar cansados de prender bandidos contumazes que são soltos pelos juízes no dia seguinte. Não é com esse método que vamos garantir segurança para a população.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Educação feita em casa

Embora as primeiras formas de ensino tenham surgido há mais de 2.400 anos, foi apenas a partir do século 12 que os primeiros modelos de escolas formais foram criados na Europa. De lá para cá e desde sempre, um fenômeno estranho ao ambiente passou a chamar a atenção dos professores, pois ele atingia negativamente o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, transformando a tarefa do professor numa missão pra lá de penosa. Trata-se do problema da indisciplina, dentro e fora da sala de aula, que parece hoje ter aumentado de forma exponencial e sem solução adequada à vista.

Se antes a indisciplina ficava restrita apenas às relações entre os alunos, com as escolas tendo autoridade para afastar o foco desse problema, hoje ela passou a afetar diretamente os professores e toda a escola, já que a punição para os chamados baderneiros tornou-se um processo difícil e burocrático. As escolas perderam muito da autoridade que detinham para solucionar in loco e no tempo certo esse problema. É sabido que a disciplina escolar é um dos princípios fundamentais para garantir um ambiente correto ao aprendizado. O respeito mútuo entre os alunos e entre alunos e professores é importante para a concentração nas atividades e para o desenvolvimento das chamadas habilidades socioeducativas. O bom funcionamento de uma escola baseia-se em regras que visem não só manter a ordem no local, como organizar as atividades pedagógicas.

Para muitos educadores, a disciplina é o principal elemento do processo de aprendizagem. Bom seria se a disciplina objetivasse apenas o lado positivo e construtivo do diálogo e do incentivo à participação, sem se ater muito aos aspectos negativos da punição e da imposição de normas muito restritivas. Os professores sabem que o respeito é produtivo, pois oferece feedbacks práticos e construtivos. Escola não é reformatório para menores infratores. É um ambiente de crescimento humano e intelectual, quando assim também querem os pais.

A falta de disciplina não é um problema que afeta apenas as escolas em nosso país, vem se constituindo num problema educativo de ordem mundial. Mas como o Brasil não é todo o mundo e sempre parece despontar nos rankings do que existe de pior, não chega a surpreender que, no quesito indisciplina nas escolas, somos também um dos primeiros colocados.

Pesquisa sobre o ensino-aprendizagem realizada em 33 países pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que, em nosso país, um professor gasta, em média, mais de 20% do tempo em sala de aula para disciplinar os alunos, contra uma média internacional que não passa de 13%. Esse fato é deveras preocupante quando se sabe que a indisciplina nas nossas salas de aula está associada não apenas ao tempo de instrução que se perde, mas reflete, também, em uma significativa diminuição nas oportunidades de aprendizagem. No nosso caso particular, muitos professores relataram que mais de 10% dos alunos apresentam problemas sérios com a falta de respeito, trazendo, também, uma falta de clareza nas instruções do professor e uma ineficiente absorção de conteúdos pelos alunos.

Somados aos problemas da indisciplina, nossas escolas públicas enfrentam ainda os baixos salários dos professores, as jornadas duplas, o excessivo número de alunos nas salas de aula, a falta de investimento e valorização da profissão e mesmo as agressões físicas e morais sofridas pelos educadores, havendo, inclusive, casos de homicídio praticados por alunos. Todo esse ambiente de insegurança contribui muito para o adoecimento e afastamento de muitos professores.

Essa e outras razões, essas de caráter até criminal, como envolvimento com drogas e brigas de gangue nas regiões periféricas de nosso país, têm levado muitas comunidades a solicitar às autoridades a instalação das chamadas escolas cívico-militares, com resultados até aqui excelentes. Pouco tempo atrás, a educação dos indivíduos começava no lar. Hoje, essa tarefa básica é transferida diretamente para as escolas, que, mais do que um lugar onde se aprende a viver em sociedade, transformaram-e num lugar onde todo o tipo de problema tem que ser resolvido, inclusive aqueles que só à família cabe realizar. Talvez por isso, esse seja um problema que cabe aos brasileiros resolverem, já que o mundo que todos aspiram é moldado dentro das escolas.

» A frase que foi pronunciada

“As crianças devem ser ensinadas a pensar, não em quê pensar.”

Margaret Mead

» História de Brasília

Efetivamente a reunião não teve nada a ver com o que ocorrera na Câmara, mas não repercutiu bem essa efetivação. Ainda mais quando a Câmara acabava de realizar um concurso para o qual havia inscritos mais de mil candidatos. (Publicada em 29/4/1962)